

Inquérito Civil n. 06.2022.00004904-3

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do seu Promotor de Justiça Adalberto Exterkötter, titular da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente e **CLEBER DE SOUZA COELHO**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na rua Valdemar Hoffmann, s/n., Município de Rio do Sul (SC), doravante denominado COMPROMISSÁRIO, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00004904-3, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

CONSIDERANDO que, por disposição do art. 129, inciso III, da CRFB/1988, o Ministério Público é o órgão encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o art. 225, *caput*, da CRFB/1988;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inc. XXIII; 170, inc. VI; 182, § 2º; 186, inc. II; e 225, todos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e os princípios jurídicos da

prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO que os danos ambientais provocados pela utilização irregular do solo prejudicam a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras, gerando impactos negativos principalmente sobre recursos hídricos, cuja quantidade e qualidade são essenciais à manutenção do equilíbrio ecológico e da saúde da população;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, conforme art. 225, § 3º, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que tramita nesta 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul o Inquérito Civil n. 06.2022.00004904-3, cujo objeto é apurar os danos ambientais decorrentes do bosqueamento em área de vegetação nativa, no importe de 630,00m², sem autorização do Órgão ambiental competente e, também, do uso de fogo para queima dos vestígios da vegetação, que prejudicou indivíduos arbóreos, no imóvel que era do extinto Clube Ecovila e que foi adquirido por Cleber de Souza Coelho.

CONSIDERANDO que consta do Auto de Infração Ambiental n. 217/2021, emitido pelo Município de Rio do Sul, que na propriedade de Cleber de Souza Coelho houve a supressão de vegetação nativa, sem autorização da autoridade ambiental competente, e posterior queima dos vestígios, o que prejudicou outros indivíduos arbóreos.

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a recuperação da capacidade funcional do ecossistema lesado;

CONSIDERANDO que o Assento n. 001/2013/CSMP estabelece critérios para a estipulação de medidas compensatórias e multas por descumprimento de cláusulas em compromissos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público;

RESOLVEM

Celebrar o presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª. Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a reparação do dano ambiental causado no imóvel localizado no Braço Bela Aliança, s/n., bairro Bela Aliança, Município de Rio do Sul (SC), nas coordenadas geográficas 27°12'15.76"S e 49°33'44.91"O, onde ocorreu a supressão de vegetação nativa, em uma área de 630,00m², sem autorização da autoridade ambiental competente e, também, o uso de fogo para queima dos vestígios da vegetação, que prejudicou outros indivíduos arbóreos, atualmente de propriedade do compromissário Cleber de Souza Coelho.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª. Para a consecução do objeto deste TAC, o Compromissário se compromete a reparar os danos ambientais causados pela supressão de vegetação e uso de fogo em seu imóvel, mediante confecção de Projeto de Recuperação da Área Ambiental Degradada em local diverso, que deverá ser apresentado ao Órgão Ambiental para análise e aprovação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, dando imediata ciência ao Ministério Público da protocolização do PRAD junto ao Órgão competente.

Parágrafo único. A presente condição é estabelecida como medida compensatória mitigatória, de modo a permitir que o projeto mencionado no *caput* da Cláusula 2ª seja executado em local diverso, em razão de o Órgão ambiental ter acenado a possibilidade de o Compromissário construir no local afetado, desde que contemple, no mínimo, a área equivalente aquela que foi afetada pelas intervenções, consoante permite o artigo 2º, alínea "c", c/c artigo 4º, inciso III, ambos do Assento n. 1/2013/CSMP.

Cláusula 3ª. O Compromissário se compromete a executar integralmente o projeto referido na Cláusula 2ª, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação pelo Órgão Ambiental, tudo sob a

supervisão da autoridade responsável, acatando todas as recomendações expedidas pelo Órgão na execução do projeto.

Cláusula 4ª. O Compromissário se compromete a realizar o monitoramento anual da área a ser recuperada, apresentando ao Ministério Público (4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul) os resultados respectivos, ao fim do primeiro ano de execução do projeto.

Cláusula 5ª. O Compromissário se compromete a não suprimir a vegetação nativa restante no imóvel situado no Braço Bela Aliança, s/n., bairro Bela Aliança, Município de Rio do Sul (SC), de sua propriedade, assim como a não impedir sua regeneração natural, salvo se previamente autorizado pelo Órgão ambiental competente.

3 DA MEDIDA COMPENSATÓRIA

Cláusula 6ª. Em face do necessário caráter pedagógico e a indispensabilidade da compensação pelo dano ambiental provocado aos direitos tutelados pelo presente instrumento, nos termos do art. 8º, parágrafo único, do Assento n. 001/2013/CSMP, o Compromissário pagará, a título de medida compensatória indenizatória, a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 10 (dez) parcelas de 1.000,00 (mil reais), da seguinte forma:

a) à Associação Ambiental Pimentão, 3 (três) parcelas, sendo elas: a primeira, com vencimento em 10 de março de 2023; a terceira, com vencimento em 10 de maio de 2023; a quinta, com vencimento em 10 de julho de 2023, devendo os valores serem depositados na conta Banco do Brasil, Agência 5407-0, conta corrente 8701-7, CNPJ 08.658.168/0001-09;

b) ao Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município de Rio do Sul, 2 (duas) parcelas, sendo elas: a segunda, com vencimento em 10 de abril de 2023 e a quarta, com vencimento em 10 de junho de 2023, devendo os valores serem depositados na conta Banco do Brasil, Agência 0276-3, conta corrente 58.973-x, CNPJ 83.102.574/0001-06;

c) ao Fundo Para Reconstituição de Bens Lesados, 5 (cinco)

parcelas, a serem pagas mediante boletos que serão gerados por esta Promotoria, sendo elas: a sexta, com vencimento em 10 de agosto de 2023; a sétima, com vencimento em 10 de setembro de 2023; a oitava, com vencimento em 10 de outubro de 2023; a nona, com vencimento em 10 de novembro de 2023 e a décima, com vencimento em 10 de dezembro de 2023.

Parágrafo Primeiro. Em caso de atraso no pagamento das parcelas, estará o Compromissário sujeito à incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo Segundo. Até o dia 10 de dezembro de 2023, a medida compensatória deverá estar integralmente paga, sob pena de incidência de cláusula penal correspondente a acréscimo de 20% do valor total do montante previsto no *caput*, acrescida de correção monetária e juros de 1% ao mês.

Parágrafo Terceiro. Para a comprovação das obrigações previstas nesta Cláusula, o Compromissário deverá encaminhar à Promotoria de Justiça, pessoalmente ou através de e-mail (riodosul04pj@mpsc.mp.br) ou, ainda, pelo aplicativo de *Whatsapp* (47) 99127-3260, cópia dos comprovantes de depósito devidamente identificados e do pagamento dos boletos, até 5 (cinco) dias após os prazos de vencimento.

4 DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS

Cláusula 7ª. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, o Compromissário sujeitar-se-á, relativamente às suas obrigações e a título de cláusula penal em incidência de multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia, a ser recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, conforme art. 13 da Lei n. 7.347/1985.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos a título de cláusula penal de que trata a Cláusula 6ª terão seus valores atualizados de acordo com índice oficial (INPC), desde a data da celebração deste compromisso até a data do efetivo desembolso, cujos valores serão revertidos em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo Segundo: O valor da multa por descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta incidirá de forma independente para cada

obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, caso seja descumprida.

Parágrafo Terceiro: O valor da multa por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta não exime o Compromissário de dar andamento à execução da obrigação inadimplida.

Parágrafo Quarto: Não sendo efetuado o depósito do valor da multa por descumprimento do TAC, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, com atualização monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Parágrafo Quinto. Para a execução das multas previstas nesta cláusula e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente a informação de descumprimento encaminhada por qualquer meio ao Ministério Público.

Parágrafo Sexto. Considerar-se-á como justificativa para o descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que poderá ser o Compromissário isento da multa estabelecida.

5 DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 4ª. O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida de cunho civil se cumprido o presente Termo de Ajustamento de Conduta pelo Compromissário, o que não impede a promoção das ações penais atinentes a crimes eventualmente praticados.

Parágrafo Primeiro. O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência do Compromissário, diante de novas informações, isto é, que não sejam aquelas que motivaram a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00004904-3, ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Parágrafo Segundo. O presente Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser aditado, ainda, se for constatada a superveniência de caso fortuito ou

força maior que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido neste compromisso.

Parágrafo Terceiro. O Ministério Público obriga-se a não agir judicialmente contra o Compromissário em relação ao objeto deste Ajuste, desde que cumpridas suas cláusulas no prazo estabelecido.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª. Comprovada a inexecução dos compromissos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, como providências e cominações judiciais que poderão vir a ser requeridas nas esferas civil, administrativa e criminal.

Cláusula 6ª. O cumprimento das obrigações ajustadas não isenta o Compromissário da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após sua assinatura.

Cláusula 7ª. Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer Órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 8ª. Este Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

Cláusula 9ª. Eventuais questões decorrentes deste TAC serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Cláusula 10. O presente Termo de Ajuste de Conduta será eficaz a partir da sua assinatura, e o Compromissário fica, desde já, cientificado que, com a formalização do presente, será promovido o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n. 06.2022.00004904-3, nos termos dos artigos 48, inciso II, e 49, *caput*, ambos do Ato 395/2018/PGJ, sendo-lhe possível, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos.

Assim, justos e acertados, para que surtam seus jurídicos e legais

efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

Rio do Sul, 21 de março de 2023.

[assinado digitalmente]

ADALBERTO EXTERKÖTTER
Promotor de Justiça

Cleber de Souza Coelho
Compromissário

Testemunhas:

Rubia Fiamoncini

Thalita Alexandre Antunes